



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vivo S/A, submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(em milhares de reais)

A T I V O	Nota	31.12.06	31.12.05
CIRCULANTE			
Caixa e bancos		80.911	32.734
Aplicações financeiras	4	1.364.713	-
Contas a receber, líquidas	5	1.961.246	213.211
Estoques	6	282.020	34.776
Adiantamento a fornecedores		13.142	1.820
Tributos diferidos e a recuperar	7	1.656.008	50.938
Operações com derivativos	15	1.298	4
Despesas antecipadas	8	181.065	23.546
Outros ativos	9	122.129	8.235
Total do ativo circulante		5.662.532	365.264
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Tributos diferidos e a recuperar	7	2.153.601	271.265
Operações com derivativos	15	135	2.355
Despesas antecipadas	8	18.784	2.979
Outros ativos	9	19.180	12.814
Investimentos	10	182	-
Imobilizado, líquido	11	6.445.376	758.875
Intangível, líquido	11	1.642.683	531.069
Diferido, líquido	12	134.257	115.180
Total do ativo não circulante		10.414.198	1.694.537
Total do ativo		16.076.730	2.059.801

P A S S I V O E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.06	31.12.05
CIRCULANTE			
Pessoal, encargos e benefícios sociais		154.421	6.919
Fornecedores e contas a pagar	13	2.625.241	204.450
Impostos, taxas e contribuições	14	452.346	91.066
Empréstimos e financiamentos	15	1.518.556	113.869
Juros sobre o capital próprio e dividendos		227.416	-
Provisão para contingências	16	61.403	16.564
Operações com derivativos	15	371.990	11.693
Outras obrigações	17	309.914	17.169
Total do passivo circulante		5.721.287	461.730
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo:			
Impostos, taxas e contribuições	14	212.469	169.578
Empréstimos e financiamentos	15	1.333.796	352.908
Provisão para contingências	16	84.712	4.366
Operações com derivativos	15	127.173	19.246
Outras obrigações	17	132.981	14.540
Total do passivo não circulante		1.891.131	560.638
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18	5.650.434	4.047.363
Reservas de capital		1.219.126	196.754
Reservas de lucro		1.436.504	-
Lucros (prejuízos) acumulados		158.122	(3.206.684)
Total do patrimônio líquido		8.464.186	1.037.433
RECURSOS CAPITALIZÁVEIS			
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.076.730	2.059.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	2006	2005
Serviços de telecomunicações	19	4.103.000	883.236
Vendas de mercadorias	19	807.749	220.840
Receita operacional bruta		4.910.749	1.104.076
Deduções da receita bruta	19	(1.394.071)	(283.372)
Receita operacional líquida		3.516.678	820.704
Custo dos serviços prestados	20	(1.360.817)	(334.426)
Custo das mercadorias vendidas	20	(533.564)	(200.464)
Lucro bruto		1.622.297	285.814
Despesas com vendas	21	(1.096.892)	(329.968)
Despesas gerais e administrativas	22	(372.867)	(54.790)
Outras despesas operacionais	23	(181.431)	(89.704)
Outras receitas operacionais	23	195.806	24.707
Equivalência patrimonial		(28)	-
Despesas operacionais		(1.455.412)	(449.755)
Lucro (prejuízo) operacional antes das despesas financeiras		166.885	(163.941)
Despesas financeiras	24	(218.703)	(81.808)
Receitas financeiras	24	70.712	8.709
Variações monetária e cambial, líquidas	24	(8.095)	(28.133)
Lucro (prejuízo) operacional		10.799	(265.173)
Despesas não operacionais, líquidas	25	(278.699)	(5.474)
Prejuízo antes dos tributos		(267.900)	(270.647)
Imposto de renda e contribuição social	26	1.131.502	12
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		863.602	(270.635)
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$		226,67	(23,68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais)

	31.12.06	31.12.05
ORIGENS DOS RECURSOS:		
Das operações:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	863.602	(270.635)
Depreciação e amortização	718.418	294.904
Encargos, variação monetária e cambial	(25.325)	(7.576)
Baixas do ativo imobilizado	8.875	122
Provisão para perdas de imobilizado	277.987	5.156
Provisão para contingências	10.621	1.614
Reserva para fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria	824	-
Provisão para perdas em investimentos	1.815	-
Tributos diferidos e a recuperar	(1.224.757)	-
Impostos, taxas e contribuições de longo prazo	(4.403)	-
Resultado de equivalência patrimonial	28	-
Ganhos em contratos a termo e de swaps	84.360	35.930
Rateio da depreciação de sistemas compartilhados	-	268
Outros valores que não afetam o CCL	(704)	-
De acionistas:		
Aumento de capital	277.600	-
Dividendos prescritos	7.463	-
De terceiros:		
Empréstimos e financiamentos	87.629	126.474
Aumento do passivo não circulante	107.024	-
Transferência do ativo permanente para o circulante	-	1.326
Transferência do ativo não circulante para o circulante	204.641	14.544
Total das Origens	1.395.698	202.127
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:		
Das operações (Vide a seguir)		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	1.110.649	187.021
Adições ao ativo diferido	1.135	100
Adições a outros investimentos	1.100	-
Aumento do ativo não circulante	9.791	14.454
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	205.105	-
Redução no passivo não circulante	-	18.970
Transferência do passivo não circulante para o circulante	228.714	-
Transferência de empréstimos, financiamentos e derivativos para o circulante	-	-
	666.334	115.406
Total das aplicações	2.222.828	335.951
Efeito no CCL de empresas incorporadas	864.841	-
Aumento (redução) do capital circulante líquido	37.711	(133.824)
Representado por:		
Ativo circulante	5.297.268	(71.682)
No início do exercício	365.264	436.946
No fim do exercício	5.662.532	365.264
Passivo circulante	5.259.557	62.142
No início do exercício	461.730	399.588
No fim do exercício	5.721.287	461.730
Aumento (redução) do capital circulante líquido	37.711	(133.824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais)

	Reservas de Capital						Reservas de Lucro			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Reserva de Ágio	Reserva Especial	Juros sobre Obramos em Andamento	Doações e Subvenções	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva para Expansão	Líquido			
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	4.047.363	-	193.231	-	-	-	-	-	(2.936.049)	1.304.545	
Doações	-	-	-	-	3.523	-	-	-	-	3.523	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(270.635)	(270.635)	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	4.047.363	-	193.231	-	3.523	-	-	-	(3.206.684)	1.037.433	
Doações	-	-	-	-	12.375	-	-	-	-	12.375	
Aumento de capital - AGE 31.05.06	277.600	-	-	-	-	-	-	-	-	277.600	
Incorporação de empresas - AGE 31.10.06	4.730.132	37.530	1.266.989	10.162	19.356	30.362	286.332	491.675	(47.318)	6.825.220	
Redução de capital - AGE 31.10.06	(3.404.661)	-	-	-	-	-	-	-	3.404.661	-	
Baixa de reserva especial de ágio	-	-	(360.257)	-	-	-	-	-	-	(360.257)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	7.463	7.463	
Ajuste de alíquota - reserva especial de ágio	-	-	5.855	-	-	-	-	-	-	5.855	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	863.602	863.602	
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	43.180	-	(43.180)	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.105)	(205.105)	
Reserva para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	-	615.317	(615.317)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	5.650.434	37.530	1.105.818	10.162	35.254	30.362	329.512	1.106.992	158.122	8.464.186	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivo S.A. ("Sociedade") (atual denominação da Global Telecom S.A.) é uma Sociedade de capital fechado que em 31 de dezembro de 2006 tem como controlador a Vivo Participações S.A. ("Controladora"), atualmente detentora de 100% do capital social.

A Assembléia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2006 aprovou a proposta de reestruturação societária visando a incorporação, pela Sociedade das demais subsidiárias integrais da Vivo Participações S.A., nomeadamente a Telegipe Celular S.A., Telebahia Celular S.A., Telerj Celular S.A., Teles Celular S.A., Celular CRT S.A., Telesp Celular S.A. e a Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. e, ainda, das controladas desta última, Telegóis Celular S.A., Telemat Celular S.A., Telems Celular S.A., Teleron Celular S.A., Teleacre Celular S.A. e Norte Brasil Telecom S.A.

A implementação da Reestruturação Societária visa a simplificar a estrutura societária e operacional, mediante a unificação da administração geral dos negócios das operadoras que foram concentradas em uma única sociedade operacional, favorecendo um maior aproveitamento das sinergias entre as sociedades envolvidas e aumentando o valor para os acionistas, em continuação ao processo iniciado com a reestruturação societária da Controladora aprovada nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 22 de fevereiro de 2006. Da mesma forma, concomitantemente com a implementação da reestruturação societária, a denominação social da Global Telecom S.A. foi alterada para Vivo S.A. ("Vivo").

A reestruturação societária obteve anuência prévia da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que em 25 de julho de 2006 aprovou, mediante Ato nº 59.867, publicado no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2006. Com a conclusão do processo de reestruturação societária descrito acima, a Sociedade passou a controlar a TCO IP S.A., empresa dormente que tem por objetivo a prestação de serviços de internet.

A Sociedade explora serviços de telefonia móvel celular, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhe foram outorgadas, conforme as áreas de atuação descritas a seguir:

Área de Operação	Prazo da Autorização
São Paulo	05.08.2008
Rio Grande do Sul	17.12.2007
Paraná e Santa Catarina	08.04.2013
Rio de Janeiro	29.11.2020
Espírito Santo	30.11.2008
Bahia	29.06.2008
Sergipe	15.12.2008
Distrito Federal	24.07.2016
Góias e Tocantins	29.10.2008
Mato Grosso	30.03.2009
Mato Grosso do Sul	28.09.2009
Rondônia	21.07.2009
Acre	15.07.2009
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	29.11.2013

As autorizações concedidas são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento de taxas equivalentes a aproximadamente 1% do faturamento anual. A Vivo - RJ e a Vivo - DF tiveram suas autorizações prorrogadas pelos atos nº 54.324, de 28 de novembro de 2005 e nº 66.664, de 8 de setembro de 2006, respectivamente. Os negócios da Sociedade, incluindo os serviços que pode prover, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, autoridade reguladora dos serviços de telecomunicações, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos complementares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para atendimento às necessidades de sua controladora VIVO Participações S.A.

Como o processo de reestruturação societária aprovado em 31 de outubro de 2006 com data base 30 de setembro de 2006, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, contemplam 12 meses das operações da Sociedade e 3 meses (outubro a dezembro de 2006) das operações das empresas incorporadas (Nota 1). Conseqüentemente, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006, incluindo o balanço patrimonial, não são comparáveis com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2005.

Em atendimento à Deliberação nº 489/05, da CVM, a partir de 2006 os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências são apresentados de forma dedutiva dos passivos constituídos. Visando proporcionar a melhor comparação entre os dados apresentados, foi promovida idêntica reclassificação dos saldos pertencentes ao exercício de 2005. Ainda no que se refere à forma de apresentação, as presentes demonstrações financeiras passam a contemplar os requisitos determinados pela Deliberação da CVM, nº 488/05, a qual exige reclassificações de saldos pertencentes ao exercício anterior, em que destacamos, mais notadamente, a segregação dos ativos nos grupos circulante e não circulante.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa, bancos e aplicações financeiras

Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares e acessórios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são consideradas remotas.

d) Conversão das transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado. A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independentemente dos prazos para liquidação.

e) Estoques

São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável de tempo.

f) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g) Outros ativos

Incluem os subsídios praticados nas vendas de terminais aos agentes credenciados os quais são diferidos, sendo reconhecidos no resultado à medida que as habilitações destes terminais acontecem.

h) Investimentos

A participação societária permanente em controlada está registrada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo histórico.

i) Imobilizado e Intangível

Está demonstrado



Vivo S.A.

CNPJ 02.449.992/0001-64
(anteriormente Global Telecom S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Cobertura

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade possui posições de “hedge” cambial de US\$800.838 mil, R\$50.892.759 mil e €1.871 mil, para cobertura do total de suas obrigações cambiais. Adicionalmente a Sociedade possui operações de “swap” – CDI x Pré, para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas. As operações cobertas têm seu vencimento em Janeiro de 2007 e 2008, e totalizavam R\$1.864.877.

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade tinha registrado no balanço uma perda acumulada de R\$497.730 nestas operações de “hedge” cambial e “swap” CDI x Pré.

Descrição	31.12.06	31.12.05
Ativo circulante	1.298	4
Ativo não circulante	135	2.355
Total do ativo	1.433	2.359
Passivo circulante	(371.990)	(11.693)
Passivo não circulante	(127.173)	(19.246)
Total do passivo	(499.163)	(30.939)
Perda acumulada	(497.730)	(28.580)

e) Garantias

Empréstimos e financiamentos, em moeda local, no valor de principal de R\$150.118 representam financiamentos garantidos por penhor de contas a receber, as quais podem ser retidas opcionalmente até o limite de 300% da parcela mensal.

Bancos	Garantias
BNDES	15% dos recebíveis e CDB são caucionados ao valor da próxima parcela a vencer.
	100% dos recebíveis e CDB são caucionados pelo valor equivalente a próxima parcela a vencer durante o primeiro ano e duas parcelas a vencer no período restante.
Banco Europeu de Investimento – BEI	Avais de bancos
	Risco comercial garantido pelo Banco Espírito Santo, BBV e Rabobank

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade possui contingências administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A composição dos saldos das provisões é como segue:

	Consolidado		31.12.05
	31.12.06	(-) Depósitos	
	Provisões	judiciais	Líquido
Trabalhistas	55.528	(14.409)	41.119
Cíveis	142.988	(40.934)	102.054
Tributárias	2.942	-	2.942
Total	201.458	(55.343)	146.115
Circulante			61.403
Não circulante			84.712
A movimentação das provisões para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, é como segue:			2006
Saldo no início do ano			20.930
Constituição de provisões, líquida de reversões			27.947
Variação monetária			196
Pagamentos			(175.700)
Acervo incorporado			325.550
Aumento de depósitos judiciais			(52.808)
Saldo em 31 de dezembro			146.115

16.1. Processos Tributários

16.1.1. Perda Provável

A Vivo S.A. (ES), com base na opinião de seus advogados, provisionou o montante de R\$587 em 31 de dezembro de 2006 referente a autuações fiscais de ICMS lavradas em 2002, que se encontram em discussão na esfera administrativa.

b) Outros

A Administração da Sociedade provisionou R\$2.355 referente a diversos processos tributários consubstanciada na opinião de seus advogados externos.

16.1.2. Perda Possível

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

a) ICMS

A Vivo S.A. (DF, AC, MS, MT, GO, RR e AM), receberam autuações fiscais que totalizam R\$77.186, cujos principais objetos são: i) ICMS sobre serviços eventuais ou complementares que não configuram serviços de telecomunicação; ii) ICMS sobre chamadas internacionais, originadas no Brasil com destino ao exterior; iii) falta de estorno proporcional de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado utilizado na prestação de serviços de comunicação e/ou nas saídas de mercadorias isentas ou não tributadas; iv) ICMS sobre prestação não onerosa de serviços de telecomunicações, caracterizada pela doação de créditos para serem consumidos no plano de serviço pré-pago; v) não-inclusão na base de cálculo do ICMS da multa e dos juros de mora cobrados de clientes inadimplentes; vi) supostos descumprimentos de obrigações acessórias e vii) outros relacionados com a comercialização de mercadorias.

A Vivo S.A. (PR), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$1.336 cujo principal objeto é o recolhimento do ICMS fora do prazo.

A Vivo S.A. (BA), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$35.953, cujos principais objetos são: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato, iii) recolhimento do ICMS fora do prazo no período compreendido entre fevereiro e março de 1998, iv) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”, v) falta de estorno do crédito do ICMS relativo a longa distância e call center e vi) ICMS sobre habilitação.

A Vivo S.A. (SE), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$18.628, cujos principais objetos são: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato, iii) ICMS sobre a saída de mercadorias a título de consignação e iv) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”.

A Vivo S.A. (ES), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$7.926, cujos principais objetos são: i) crédito indevido de ICMS e ii) obrigações acessórias em relação à escrituração de notas fiscais.

A Vivo S.A. (RJ), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$77.615, cujos principais objetos são: i) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”, ii) ICMS sobre habilitação, iii) ICMS sobre chamadas originadas de terminais administrativos e testes, iv) ICMS incidente sobre os serviços prestados a outras operadoras de telecomunicações à determinados destinatários e v) ICMS incidente de isenção, vi) ICMS sobre chamadas internacionais, iv) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado e vi) ICMS sobre prestação não onerosa de serviços de telecomunicação.

A Vivo S.A. (RS), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$86.421, cujos principais objetos são: i) ICMS sobre chamadas internacionais, ii) recolhimento do ICMS fora do prazo e iii) ICMS sobre energia elétrica.

A Vivo S.A. (SP), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$65.874, cujos principais objetos são: i) créditos indevidos de ICMS e ii) crédito indevido referente ao lançamento de valores a título de créditos extemporâneos.

b.1) Majoração da Base de Cálculo

A Vivo S.A. (SP), recebeu autuações fiscais que processa determinado que essas contribuições incidissem em decorrência de R\$2.526, em razão da majoração das bases de cálculo do PIS e da COFINS. As autuações estão sendo questionadas na esfera administrativa.

b.2) Operações de derivativos

A Vivo S.A. (BA), recebeu autuação de COFINS no valor de R\$8.416, referente a deduções relativas a perdas incorridas com operações de derivativos na apuração da base de cálculo desta contribuição.

c) ISS

c.1) ISS sobre Tarifa de Uso da Rede Móvel

Por entender que a cessão de uso de redes de telecomunicações configura serviço de comunicação sujeito à incidência do ICMS, e não locação de bens móveis, a Vivo S.A. (BA) e a Vivo S.A. (RJ) foram autuadas pelo respectivos Municípios que exigem o pagamento do ISS sobre a tarifa de uso da rede móvel (TUM). O valor envolvido é de R\$102.614.

d) IRPJ, IRRF e CSLL

A Vivo S.A. (RJ), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$210.449, cujos objetos são: i) aproveitamento de parte da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurada no ano 1997 pela sociedade que não dera origem por meio de cisão parcial; ii) suposto recolhimento a menor de IRPJ e CSLL pelo fato de a fiscalização não ter reconhecido com dedutíveis determinadas despesas; iii) alegado recolhimento insuficiente de IRRF em remessas feitas para o exterior e iv) ajustes das bases de cálculo do IRPJ e CSLL decorrentes da redução do prejuízo fiscal declarado pela empresa.

e) FUST

A ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), através da Súmula nº 7, de 15/12/2005, manifestou entendimento que: (i) “Não podem ser excluídas da base de cálculo das contribuições ao FUST, dentre outras, as receitas a serem repassadas a prestadoras de serviços de telecomunicações a título de remuneração de interconexão e pelo uso de recursos integrantes de suas redes; (ii) Não podem ser excluídas da base de cálculo das contribuições ao FUST, dentre outras, as receitas recebidas de prestadoras de serviços de telecomunicações a título de remuneração de interconexão e pelo uso de recursos integrantes de suas redes”.

Considerando que a segunda parte da Súmula não está de acordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000, a Sociedade impetrou mandado de segurança questionando a legalidade de tal exigência, tendo a mesma obtido decisão liminar suspendendo sua exigibilidade.

f) FISTEL

A Vivo S.A. (RJ) e a Vivo S.A. (DF), detêm duas autorizações, outorgadas pelo Poder Público por meio do Termo de Autorização do SMP n.º 013/2002: uma para explorar o Serviço Móvel Pessoal, por tempo indeterminado; e outra para fazer uso da radiofrequência em caráter primário, pelo tempo remanescente da primeira licença, prorrogável por mais quinze anos.

Na Vivo S.A. (RJ) e na Vivo S.A. (DF), as licenças venceram para o período remanescente (de 15 anos) para uso das radiofrequências necessárias à prestação do Serviço Móvel Pessoal, motivo pelo qual os trâmites necessários à sua prorrogação foram iniciados. Ocorre que, para obter os documentos de licença com a data de validade adequada à sua prorrogação (direito já reconhecido e outorgado pelo Ato n.º 54.324, de 28 de novembro de 2005), as empresas se depararam com a exigência, em seu entendimento indevido, de recolher a nova Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) para todas as suas estações (móveis e fixas) e radioenlaces.

A exigência da TFI, no valor de R\$134.924 para a Vivo S.A. (RJ) e no valor de R\$33.144 para a Vivo S.A. (DF), resulta do entendimento da ANATEL de que seria aplicável o art. 9º, III da Resolução n.º 255 ao presente ato, de modo que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Esta interpretação do dispositivo regulamentar, contudo, não nos parece correta, motivo pelo qual a mesma é objeto de impugnação administrativa.

g) AMORTIZAÇÃO DO ÁGIO DA VIVO S.A. (RS)

A Vivo S.A. (RS), foi autuada relativamente à cobrança de supostos depósitos de IRPJ e de CSLL no valor de R\$270.080, referente à amortização supostamente indevida do ágio apurado na aquisição das participações da Companhia Giograndense de Telecomunicações (CRT) nos anos calendarários de 1997 e 1998.

16.2. Processos Cíveis e Trabalhistas

16.2.1 Perda Provável

Incluem diversas demandas cíveis e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

16.2.2 Perda Possível

Em relação às demandas cuja possibilidade de perda seja classificada como possível, o valor envolvido é de R\$298.066 para as demandas cíveis e de R\$92.987 para as demandas trabalhistas, sendo:

	Cíveis	Trabalhistas
Vivo S.A. – RS	66.799	7.812
Vivo S.A. – RJ	62.771	23.257
Vivo S.A. – BA	9.152	1.731
Vivo S.A. – ES	13.622	2.655
Vivo S.A. – SE	3.840	93
Vivo S.A. – SP	77.178	29.949
Vivo S.A. – PR e SC	18.257	7.345
Vivo S.A. – DF, GO, TO, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP, PA e MA	46.447	20.145
Total	298.066	92.987

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.06	31.12.05
Serviços a prestar pré-pago	177.917	12.228
Provisão programa de fidelização (a)	65.004	2.615
Obrigações com empresas do grupo	1.662	2.281
Provisão para fundo de pensão	17.447	-
Grupamento de ações (b)	41.874	-
Provisão para desmobilização de ativos	129.907	14.540
Outras	9.084	45
Total	442.895	31.709
Circulante	309.914	17.169
Não circulante	132.981	14.540

(a) A Sociedade possui programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para troca por aparelhos. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto.

(b) Refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Sociedade.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em Assembléa Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2006, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$277.600. O Capital Social passou de R\$4.047.363 para R\$4.324.963 representado por 3.810.478 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

Em Assembléa Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2006, foi aprovada a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$3.404.661 para a absoção dos prejuízos acumulados registrados em 30 de setembro de 2006, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76. O Capital Social passou de R\$4.324.963 para R\$920.302 representado por 3.810.478 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

Em Assembléa Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2006 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$4.730.132, em conformidade com o Protocolo e Instrumento de Justificação de Incorporação das Societades, datado de 25 de outubro de 2006 (Nota 1). O capital da Sociedade passou de R\$920.302 para R\$5.650.434, representado por 3.810.478 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal. O capital social em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 é composto por ações sem valor nominal como segue:

	31.12.06	31.12.05
Lote de mil ações		
Ações ordinárias	3.810	3.810
Ações preferenciais	-	7.621
Total	3.810	11.431

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Conforme o artigo 17 do Estatuto Social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, na forma do artigo 202, I, II e III da Lei 6.404/76, serão distribuídos com dividendos mínimos obrigatórios. O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembléa Geral dos Acionistas, com base na proposta da Diretoria Executiva contida nas Demonstrações Financeiras.

Os dividendos devidos foram calculados como segue:

	31.12.06	31.12.05
Lucro líquido do exercício	863.602	863.602
Apropriação à reserva legal	(43.180)	(43.180)
Lucro líquido ajustado	820.422	820.422
Dividendos	(205.105)	(205.105)
Número de ações ordinárias	3.810.478	3.810.478
Dividendos propostos	205.105	205.105
Dividendos propostos por ação (em reais)	53,8267008	53,8267008

c) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação de uma reserva do ágio, como resultado da reestruturação societária da Sociedade, a qual será capitalizada em favor do acionista controlador, quando da efetiva realização do negócio fiscal.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2006	2005
Assinatura	221.390	22.139
Utilização	1.966.850	404.384
Adicional de chamadas	42.678	32.572
Interconexão	1.490.571	321.535
Serviços de dados	292.061	86.627
Outros serviços	89.450	15.979
Receita bruta de serviços	4.103.000	883.236
ICMS	(685.394)	(144.870)
PIS e COFINS	(146.790)	(32.075)
ISS	(893)	(279)
Descontos concedidos	(141.625)	(18.297)
Receita operacional líquida de serviços	3.128.298	687.715
Receita bruta de aparelhos celulares e acessórios	807.749	220.840
ICMS	(62.282)	(14.891)
PIS e COFINS	(45.936)	(15.074)
Descontos concedidos	(270.496)	(45.842)
Devolução de vendas	(40.655)	(12.044)
Receita operacional líquida da venda de aparelhos celulares e acessórios	388.380	132.998
Total da receita operacional líquida	3.516.678	820.704

20. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2006	2005
Pessoal	(30.391)	(6.946)
Materiais	(3.540)	(176)
Serviços de terceiros	(122.953)	(29.102)
Meios de conexão	(59.800)	(20.868)
Aluguéis, seguros e condomínios	(65.688)	(15.465)
Interconexão	(412.702)	(18.003)
Impostos, taxas e contribuições	(163.080)	(54.603)
Depreciação e amortização	(458.896)	(181.635)
Outros custos	(43.767)	(7.668)
Custo dos serviços prestados	(1.360.817)	(334.426)
Custo das mercadorias vendidas	(533.564)	(200.464)
Total	(1.894.381)	(534.890)

21. DESPESAS COM VENDAS

	2006	2005
Pessoal	(98.185)	(21.917)
Materiais	(14.825)	(5.129)
Serviços de terceiros	(573.899)	(164.328)
Publicidade	(107.994)	(39.589)
Aluguéis, seguros e condomínios	(13.863)	(4.137)
Impostos, taxas e contribuições	(532)	(113)
Depreciação e amortização	(116.968)	(27.306)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(128.472)	(64.579)
Outros insumos	(42.154)	(23.303)
Total	(1.096.892)	(329.968)

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2006	2005
Pessoal	(89.404)	(14.194)
Materiais	(3.386)	(748)
Serviços de terceiros	(133.211)	(18.507)
Aluguéis, seguros e condomínios	(36.391)	(5.048)
Impostos, taxas e contribuições	(1.003)	(263)
Depreciação e amortização	(106.155)	(15.200)
Outros insumos	(3.317)	(830)
Total	(372.867)	(54.790)

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2006	2005
Receitas:		
Multas	14.986	1.307
Despesas recuperadas	97.336	3.763
Reversão de provisões	15.822	917
Infra-estrutura compartilhada / EILD	27.209	9.314
Incentivos comerciais	23.361	8.268
Outras	15.092	1.138
Total	195.806	24.707
Despesas:		
FUST	(16.776)	(3.658)
FUNTEL	(8.388)	(1.829)
ICMS s/ outros gastos	(28.284)	(1.491)
CIDE	(3.181)	-
PIS e COFINS	(16.961)	(2.275)
Outros impostos, taxas e contribuições	(3.913)	(355)
Provisão para contingências	(43.769)	(4.559)
Amortização do ágio	(34.190)	(32.586)
Amortização do diferido	(2.209)	(38.177)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

	2006	2005
Receitas:		
Alienação de bens do imobilizado	10.677	167
Outras	70	8
Total	<u>10.747</u>	<u>175</u>
Despesas:		
Alienação de bens do imobilizado	(8.875)	(122)
Provisão para perdas de ativos	(277.987)	(5.156)
Provisão para perdas em investimentos	(1.815)	-
Outras	(769)	(371)
Total	<u>(289.446)</u>	<u>(5.649)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade provisiona as parcelas para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, conforme nota 7. A seguir, a composição do débito com imposto de renda e contribuição social:

	2006	2005
Débito de imposto de renda	(53.151)	12
Débito de contribuição social	(19.034)	-
Imposto de renda diferido	884.513	-
Contribuição social diferida	319.174	-
Total	<u>1.131.502</u>	<u>12</u>

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos impostos sobre a renda divulgados, eliminando os efeitos do benefício fiscal do ágio, e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	2006	2005
Prejuízo antes dos tributos	(267.900)	(270.647)
Crédito (despesa) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	91.086	92.020
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis – amortização de ágio	(478)	-
Outras despesas não dedutíveis	(43.737)	(14.269)
Outras adições	(2.276)	-
Exclusões permanentes:		
Outras exclusões	12.921	13.381
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	(91.132)
Outras	-	12
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas em exercícios anteriores	1.073.986	-
Crédito tributário	1.131.502	12

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) **Considerações sobre risco**

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de Crédito: decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de telecomunicações prestados a seus clientes e da vendas de aparelhos de rede de distribuidores, bem como do risco relativo a aplicações financeiras e valores a receber de operações de “swap”.

Risco de Taxas de Juros: decorre da parcela da dívida e das posições passivas em derivativos contratados a taxas flutuantes, e envolve o risco das despesas financeiras subirem por um movimento desfavorável nas taxas de juros (principalmente Libor, TJLP e CDI).

Risco de Taxas de Câmbio: possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeitas através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais mais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

Risco de Crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade tem 81% das suas bases de clientes na modalidade de pré-pago, que requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de “credit scoring”, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta a bases de dados comerciais bem como o controle automático de liberação das vendas integrado com o módulo de distribuição do software ERP da SAP.

A Sociedade também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de “swap”. A Sociedade atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de Taxas de Juros

A Sociedade está exposta ao risco das taxas subirem, especialmente a paridade de juros associados ao custo dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, em função da parte passiva das operações com derivativos (“Hedge” Cambial) e por empréstimos contratados em reais. Como forma de minimizar esta exposição, a Sociedade contratou operações de “swap” em reais de CDI para taxas fixas de juroz no valor referencial total de R\$1.864 milhões. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, também neutraliza parcialmente este efeito.

Além disso, a Sociedade também está exposta ao risco de oscilação da TJLP, em função dos empréstimos contratados junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2006, estas operações somavam o principal de R\$163.795. A Sociedade não têm contratado operações de derivativos para cobertura do risco da TJLP. Os empréstimos contratados em moeda estrangeira apresentam, igualmente, risco das taxas de juros (libor), associadas aos empréstimos externos subirem. Estas operações somavam US\$232.480 mil em 31 de dezembro de 2006, de principal.

Do total de empréstimos e financiamentos associados a taxas de juros externas variáveis (Libor), US\$232.480 mil (principal) têm proteção contra variações na taxa de juros (Libor) através de derivativos (“swap” de taxa de juros).

Risco de Taxas de Câmbio

A Sociedade tem contratado operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos e outras obrigações em moedas estrangeiras. Os instrumentos usualmente utilizados são contratos de “swap” e “forward”.

O quadro abaixo resume a exposição líquida da Sociedade ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2006:

	Em milhares de		
	US\$	C	¥
Empréstimos e financiamentos	(762.605)	-	(50.892.759)
Empréstimos e financiamentos – UMBNDES (a)	(13.191)	-	-
Instrumentos derivativos	800.838	1.871	50.892.759
Outras obrigações	(29.272)	(5.982)	-
Total (insuficiência de cobertura)	<u>(4.230)</u>	<u>(4.111)</u>	<u>—</u>

(a) A UMBNDES é uma unidade monetária preparada pelo BNDES, composta por uma cesta de moedas estrangeiras, sendo a principal moeda o dólar norte-americano, razão pela qual a Sociedade a considera na análise de cobertura do risco relacionado às flutuações das taxas de câmbio.

Operações com Derivativos

A Sociedade registra os ganhos e as perdas com contratos de derivativos como receitas ou despesas financeiras líquidas.

O quadro abaixo apresenta uma estimativa da avaliação do valor contábil e do valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como das operações com derivativos:

	Valor contábil	Valor de mercado	Perda não realizada
Empréstimos e financiamentos	(2.852.352)	(2.861.409)	(9.057)
Instrumentos derivativos	(497.730)	(492.797)	4.933
Outras obrigações	(79.429)	(79.429)	-
Total	<u>(3.429.511)</u>	<u>(3.433.635)</u>	<u>(4.124)</u>

b) **Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros**

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como dos contratos de swaps, foi determinado com base no preço de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis.

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias. Assim, as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

28. PLANOS DE BENEFÍCIOS DIFÉRES-EMPREGO

A Sociedade, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocina planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, como segue:

	DIRETORIA	
ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA		PAULO CESAR PEREIRA TEIXEIRA
Diretor Presidente		Vice-Presidente Executivo de Operações
ERNESTO GARDELLIANO		EDUARDO ASPESI
Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planejamento e Controle		Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação
	JAVIER RODRÍGUEZ GARCÍA	
	Vice-Presidente de Redes	
	SERGIO ASSENÇO TAVARES DOS SANTOS	
	Vice-Presidente de Regulamentação	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Vivo S.A.

Londrina - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Vivo S.A. (anteriormente Global Telecom S.A.), levantado em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícos findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e comprederam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que

a) **PBS-A:** plano de benefício definido, multipatrocinado, destinado aos participantes já assistidos que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000.

b) **PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular:** planos de benefícios definidos de aposentadoria patrocinados individualmente pela Sociedade.

As contribuições para os planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pelas patrocinadoras é de 13,5% sobre a soma de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio dos planos PBS e 1,5% ao plano PAMA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$24.

c) **PAMA:** plano multipatrocinado de assistência médica aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

d) **Plano TCP Prev e TCO Prev:** planos individuais de contribuição definida e contribuição variável, respectivamente, instituídos pela SISTEL em agosto de 2000. A Sociedade paga com os riscos de morte e invalidez por participantes em ambos os planos, sendo que no plano TCO Prev alguns participantes oriundos do plano PBS-TCO fazem jus a benefícios vitalícios de aposentadoria (benefício saldaado), além dos benefícios de contribuição definida. As contribuições da Sociedade aos planos TCP Prev e TCO Prev são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$1.446.

Através da ação ordinária nº 04/081.668-0, movida pela ASTEL contra a Fundação Sistel de Seguridade Social, na qual são citadas, além da Sistel, a Telefônica e a Telesp Celular, são formulados diversos pleitos, resumidos a seguir: i) que a Sistel seja proibida de cobrar dos aposentados e demais inscritos quaisquer contribuições referentes ao PAMA – Plano de Assistência Médica aos Aposentados, cabendo aos mesmos o pagamento apenas de “uma participação módica nas utilizações realizadas”, participação esta limitada a 1% da remuneração mensal do assistido; ii) que a Sistel reinscreva no PAMA, sem quaisquer restrições, os aposentados e assistidos que estão com suas inscrições suspensas por inadimplência, bem como aqueles que não suportaram a pressão e pediram o cancelamento da inscrição no PAMA ou aderiram ao PCE (Plano de Coberturas Especiais), se quiserem, também sem qualquer restrição; iii) que a Sistel reavalie as necessidades econômicas do PAMA, inclusive dos valores das contribuições baseais das patrocinadoras Telefônica e Telesp Celular; iv) que a contribuição estatutária, não seja calculada com base na folha de todos os seus empregados, conforme anterior disposição estatutária, e não pelo percentual sobre a folha dos participantes ativos do PBS; v) que a Sistel restabeleça o credenciamento de todos os hospitais, clínicas e laboratórios descredenciados; vi) que seja procedida uma revisão da distribuição contábil do patrimônio, de sorte a atribuir ao PAMA os valores relativos ao fator reita, das suplementações, na forma acima exposta, devendo a Sistel, em qualquer a referência revisião não for feita, ficar proibida de qualquer cisão do patrimônio líquido do plano PBS-A ou qualquer outro plano gerido pela Entidade; vii) que a Sistel e as patrocinadoras reponham a “transferência de patrimônio do substrato principal destinado à garantia do PBS-2 e PAMA, portadas ilegalmente para o Plano Visão Telesp e Visão Prev da Telesp Celular”; viiii) concessão de tutela antecipada quanto aos itens “i”, “ii” e “v”.

A Sociedade através da sua assessoria atuarial elaborou estudo considerando os impactos acima descritos, portanto, a alteração no custeio na forma pleiteada pela Ação Ordinária da ASTEL representa um agravamento nas provisões no montante de R\$1.234.

Com base na opinião de seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que nesse momento não existe risco de pagamento, sendo que em 31 de dezembro de 2006 a probabilidade de perda foi classificada como possível.

e) **Plano de Benefícios Visão Celular – CRT, Tele Sudeste e Tele Leste:** plano individual de contribuição definida, instituído pela Sistel em agosto de 2000. As contribuições da Sociedade ao plano Visão Celular são iguais às dos participantes, variando de 0% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$790.

f) **Planos de Benefícios definidos:** a “CRT” patrocinava planos de previdência privada de benefícios definidos (plano de benefícios fundador e o plano de benefícios alternativo), os quais eram administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT.

Em 21 de dezembro de 2001, a “CRT” e a Brasil Telecom S.A., patrocinadora da FCRT, firmaram Termo de Compromisso visando à desvinculação total entre as patrocinadoras, mediante a retirada da “CRT” como patrocinadora, bem como a garantia de que essa retirada seja realizada estritamente de acordo com a legislação aplicável, respeitando os direitos dos participantes, o qual foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 30 de dezembro de 2003.

Muito embora a legislação vigente permita que sejam suspensos os descontos das contribuições de patrocinadoras e de seus participantes, de janeiro de 2002 a dezembro de 2003, a “CRT” vinha efetuando os recolhimentos, como forma de ressalvar e preservar direitos dos participantes, até a efetiva retirada da “CRT” como patrocinadora da FCRT.

Na avaliação atuarial dos planos foi adotada a metodologia para retirada de patrocinadora, determinada conforme Resolução MPAS CPC nº 06/88.

As reservas foram avaliadas individualmente com base na metodologia imposta pela referida Resolução para cada uma das categorias (assistidos e pensionistas, sendo riscos iminentes e ativos riscos não iminentes).

A partir de outubro de 2004, a “CRT” vem efetuando repasses ao Sistel, conforme acordado com a FCRT, do valor previsto como reserva de poupança dos colaboradores ativos da “CRT”, que fizeram a opção de migração do Plano Alternativo/Fundador da FCRT para o Plano Visão, perfazendo em 31 de dezembro de 2006 o montante de R\$9.515. Em 31 de dezembro de 2006 do plano provisionado no passivo de R\$14.847 (R\$8.677 em 31 de dezembro de 2005), R\$3.245 refere-se a Reserva de Retirada dos participantes com Termo de Intenção de Migrar para o BrTPrev, e que estão aguardando os processos junto ao INSS para a obtenção de aposentadoria.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e plano de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº371 sobre tais planos:

Plano	2006	2005
PAMA	<u>2.509</u>	<u>—</u>
Total	<u>2.509</u>	<u>—</u>

1) **Conciliação dos Ativos e Passivos**

	2006					
	PAMA (i)	PBS (ii)	PBS-A (i) (ii)	TCP Prev (ii)	TCO Prev (ii)	Visão (ii)
Total do passivo atuarial	5.401	22.545	24.915	3.632	43.006	5.912
Valor justo dos ativos	(2.892)	(30.304)	(36.858)	(9.095)	(60.095)	(23.128)
Passivo (ativo) líquido	<u>2.509</u>	<u>(7.759)</u>	<u>(11.943)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(17.089)</u>	<u>(17.216)</u>

	2005					
	PAMA (i)	PBS (ii)	PBS-A (i)	TCP Prev (ii)	TCO Prev (ii)	Visão (ii)
Total do passivo atuarial	3.947	21.711	23.486	3.060	39.832	5.388
Valor justo dos ativos	(2.777)	(27.044)	(30.425)	(5.993)	(54.329)	(13.777)
Passivo (ativo) líquido	<u>1.170</u>	<u>(5.333)</u>	<u>(6.939)</u>	<u>(2.933)</u>	<u>(14.497)</u>	<u>(8.389)</u>

i) Refere-se à participação proporcional da Sociedade nos ativos e passivos do plano multipatrocinado – PAMA e PBS-A;

ii) Embora o PBS, PBS-A, TCP Prev, TCO Prev e Visão estejam superavitários em 31 de dezembro de 2006, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da falta de perspectiva para aproveitamento desse superávit.

2) **Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido**

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
(Ativo) passivo líquido em 31.12.05	1.170	(5.333)	(6.939)	(2.933)	(14.497)	(8.389)
Custo do serviço corrente	111	(1.870)	(5.773)	(2.344)	(450)	(445)
Contribuição da patrocinadora	(1)	(23)	-	-	(1.446)	(790)
(Ganhos) ou perdas atuariais	1.229	(533)	769	(185)	(696)	(7.592)
(Ativo) passivo líquido em 31.12.06	<u>2.509</u>	<u>(7.759)</u>	<u>(11.943)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(17.089)</u>	<u>(17.216)</u>

3) **Movimentação do passivo atuarial**

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Passivo atuarial em 31.12.05	3.947	21.711	23.486	3.060	39.832	5.388
Custo do serviço corrente	24	70	-	438	581	908
Juros sobre o passivo atuarial	437	2.359	2.548	319	4.445	570
Benefícios pagos	(236)	(1.683)	(1.888)	-	(1.156)	(57)
(Ganhos) perdas atuariais	1.229	88	769	(185)	(696)	(897)
Passivo atuarial em 31.12.06	<u>5.401</u>	<u>22.545</u>	<u>24.915</u>	<u>3.632</u>	<u>43.006</u>	<u>5.912</u>

4) **Movimentação dos ativos dos planos**

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.05	(2.777)	(27.044)	(30.425)	(5.993)	(54.329)	(13.777)
Benefícios pagos	236	1.683	1.888	-	1.156	57
Contribuições da patrocinadora e participantes	(1)	(23)	-	-	(1.446)	(790)
Rendimentos ativos do plano	(350)	(4.299)	(8.321)	(3.101)	(5.476)	(1.923)
Ganhos (perdas) sobre ativos	-	(621)	-	-	-	(6.695)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.06	<u>(2.892)</u>	<u>(30.304)</u>	<u>(36.858)</</u>			